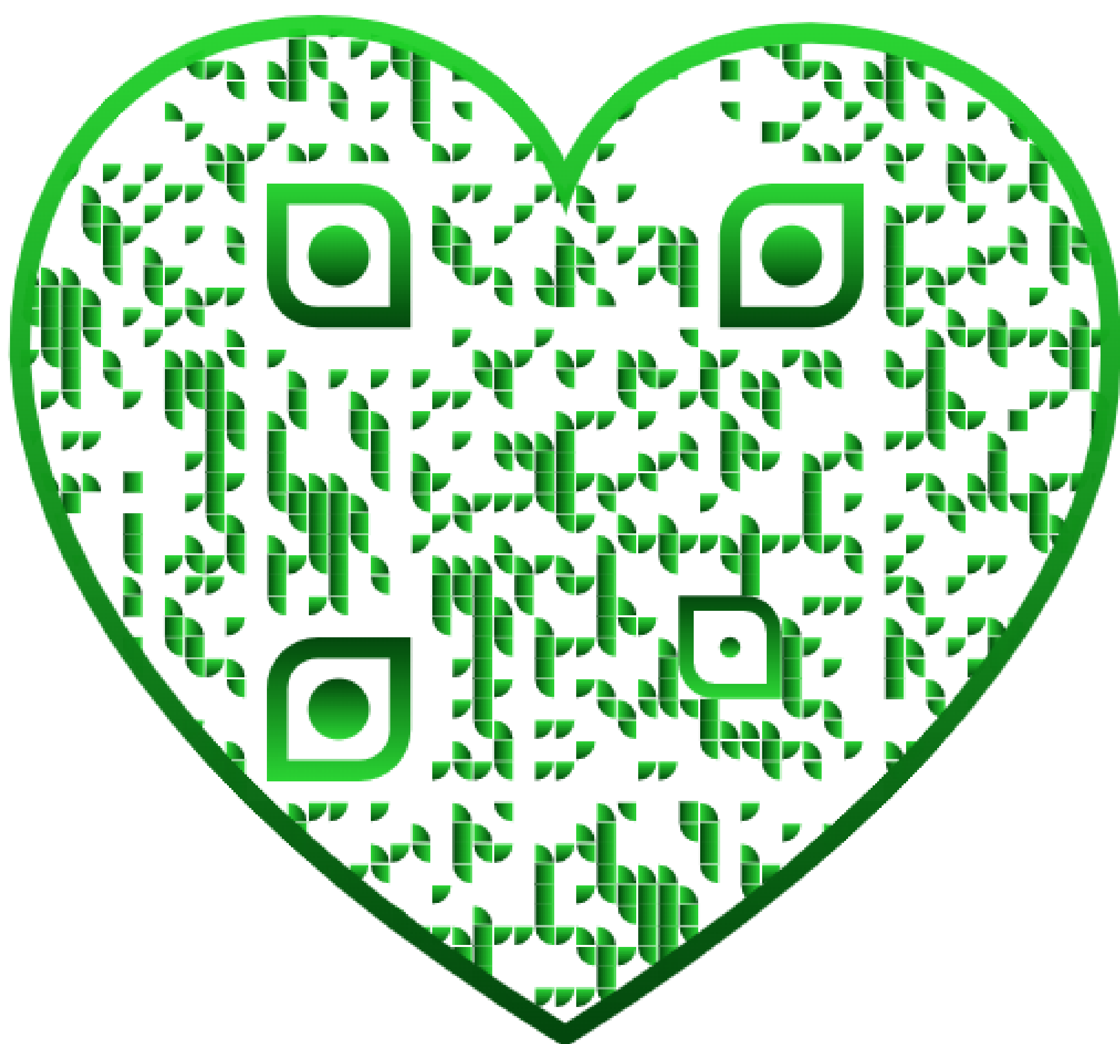
Estratégia
Concursos

Aula 03 - Profº Alexandre Violato

TJ-SP (Escrevente Judiciário) Passo Estratégico de Direito Administrativo - 2024 (Pós-Edital)

Autor:
Alexandre Violato Peyerl, Tulio Lages

25 de Maio de 2024



Índice

1) Simulado Estatuto TJ SP 3
2) Simulado Estatuto TJ SP Gabarito 10
3) Simulado Estatuto TJ SP Comentadas 11

SIMULADO

1) São deveres dos funcionários públicos do Estado de São Paulo, exceto:

a) Ser assíduo e pontual.

b) Cumprir as ordens superiores.

c) Desempenhar com zelo e presteza os trabalhos de que for incumbido.

d) Dar ampla publicidade sobre os assuntos da repartição, especialmente sobre despachos, decisões ou providências.

e) Tratar com urbanidade as pessoas.

2) Não se trata de um dever dos funcionários públicos do Estado de São Paulo:

a) Representar aos superiores sobre todas as irregularidades de que tiver conhecimento no exercício de suas funções.

b) Residir no local onde exerce o cargo ou onde autorizado.

c) Fazer parte do sindicato de funcionários.

d) Estar em dia com as leis que digam respeito às suas funções.

e) Proceder na vida pública e privada de forma que dignifique a função pública.

3) O funcionário público do Estado de São Paulo tem como dever, atender prontamente, com preferência sobre qualquer outro serviço:

a) Aos pedidos de informações apresentados por cidadãos.

b) Aos pedidos de informações feitos por idosos, gestantes e portadores de necessidades especiais.

c) Às requisições de papéis, documentos informações ou providências que lhe forem feitas relacionadas a processos administrativos disciplinares.

d) Às requisições de documentos da Secretaria de Estado da Fazenda.

e) Às requisições de papéis, documentos informações ou providências que lhe forem feitas pelas autoridades judiciárias ou administrativas, para defesa do Estado, em Juízo.

4) A funcionário público do Estado de São Paulo é permitido:

a) Retirar objeto existente na repartição, com permissão da autoridade competente.

b) Deixar de comparecer ao serviço sem causa justificada.

c) Tratar de interesses particulares na repartição.

d) Tornar-se solidário com manifestação de desapreço dentro da repartição.

e) Promover lista de donativos dentro da repartição.

5) O funcionário público do Estado de São Paulo pode servir-se de intermediário em repartição pública somente quando se tratar de interesse de:

a) Cônjuge ou filhos.

b) Cônjuge, filhos e pais.

c) Cônjuge ou parentes até o segundo grau.

d) Cônjuge ou parentes até o terceiro grau.

e) Qualquer cidadão.

6) José é servidor público estadual, ocupante do cargo efetivo administrativo na Secretaria do Estado da Saúde na região de Ribeirão Preto. José é sócio de seu irmão em uma revendedora de materiais hospitalares, na qual trabalha paralelamente, mas sem prejuízo do cumprimento de sua jornada de trabalho e de suas atividades no cargo público.

A empresa deles decide participar de pregão eletrônico promovido pela Secretaria do Estado da Saúde, que pretende adquirir materiais hospitalares para unidades de saúde da região de São José dos Campos. Considerando as disposições do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo:

a) Não há óbice à participação societária de José na empresa, desde que ele não atue nos processos licitatórios em que a empresa participar.

b) Não há óbice à participação societária de José na empresa, desde que ela não participe de certames na região em que José trabalha.

c) Não há qualquer impedimento para que José seja sócio da empresa, independente de ela ter ou não relações comerciais com o Estado.

d) É vedada a participação de José na empresa, pois o estatuto veda a participação de funcionários em qualquer tipo de sociedade comercial.

e) É vedada a participação de José na empresa, pois o estatuto veda a participação na administração de sociedades comerciais que mantenham relações comerciais com o Governo do Estado.

7) Assinale a alternativa incorreta a respeito das responsabilidades dos servidores do Estado de São Paulo:

a) O funcionário é responsável por todos os prejuízos que, nessa qualidade, causar à Fazenda Estadual, independentemente de dolo ou culpa.

b) Qualquer erro de cálculo contra a Fazenda Estadual caracteriza responsabilidade, sujeitando o funcionário à pena de repreensão, caso não haja má-fé e não seja reincidente.

c) O funcionário que adquirir materiais em desacordo com disposições legais ou regulamentares será responsabilizado pelo respectivo custo, o qual poderá ser descontado no seu vencimento ou remuneração.

d) Nos casos de indenização à Fazenda Estadual, o funcionário será obrigado a repor, em até dez vezes, a importância do prejuízo causado em virtude de alcance, desfalque, remissão ou omissão em efetuar recolhimento ou entrada nos prazos legais.

e) A responsabilidade administrativa é independente da civil e da criminal.

8) Determinado servidor público do Estado de São Paulo foi acusado de corrupção, tendo sido demitido do seu cargo a bem do serviço público. Na ação penal, o servidor foi absolvido da pena pelo crime de corrupção. A respeito dessa situação, assinale a alternativa correta:

a) Se a absolvição na esfera penal ocorrer pela constatação da negativa da existência do fato ou da autoria, o servidor será reintegrado ao serviço público, com todos os direitos e vantagens devidas, mediante a simples comprovação do trânsito em julgado da decisão.

b) Se a absolvição na esfera penal ocorrer pela constatação da negativa da existência do fato ou da autoria, o servidor poderá ser reintegrado ao serviço público, com todos os direitos e vantagens devidas, sendo necessária a reabertura do processo administrativo, em razão da independência entre as esferas penal e administrativa.

c) Independente de a absolvição na esfera penal ocorrer pela constatação da negativa da existência do fato ou da autoria ou por falta de provas, o servidor será reintegrado ao serviço público, com todos os direitos e vantagens devidas, mediante a simples comprovação do trânsito em julgado da decisão.

d) Independente de a absolvição na esfera penal ocorrer pela constatação da negativa da existência do fato ou da autoria ou por falta de provas, o servidor será reintegrado ao serviço



público, com todos os direitos e vantagens devidas, sendo necessária a reabertura do processo administrativo, em razão da independência entre as esferas penal e administrativa.

e) A decisão na esfera penal não impactará a decisão na esfera administrativa, em razão da independência entre as esferas, de forma que a absolvição na esfera penal não poderá ensejar a reintegração ao cargo público.

9) Acerca das penas disciplinares aplicadas aos servidores públicos do Estado de São Paulo, assinale a alternativa correta:

a) A pena de suspensão é aplicável aos causos de falta grave ou de reincidência, não podendo exceder o prazo de 30 dias.

b) A pena de suspensão pode ser convertida em multa, na base de 100% por dia de vencimento ou remuneração, sendo o funcionário, nesse caso, obrigado a permanecer em serviço.

c) Considera-se inassiduidade a ausência ao serviço, sem causa justificável, por mais de 15 dias consecutivos, ou por mais de 20 dias intercalados, durante 1 ano, sendo a essa conduta aplicável a demissão.

d) Atos definidos como crime contra a administração pública não ensejam penalidades administrativas, devendo ser analisados exclusivamente na esfera penal.

e) A aposentadoria somente poderá ser cassada se o aposentado tiver cometido infração punível com demissão a bem do serviço público quando em atividade.

10) Em caso de ineficiência no serviço, aplica-se a pena de:

a) Repreensão

b) Suspensão

c) Multa

d) Demissão

e) Demissão a bem do serviço público.

11) Assinale a alternativa que contém uma conduta que enseja a aplicação da pena de demissão a bem do serviço público.

a) Exercer advocacia administrativa.

b) Procedimento irregular, de natureza grave.

c) Ineficiência no serviço.



d) Aplicação indevida de dinheiros públicos.

e) Inassiduidade.

12) Após apuração preliminar, constatou-se que, no início de 2019, Junior solicitou propina a uma construtora para validar a sua participação em uma licitação, alegando a ausência de documentos para sua habilitação. No final do ano de 2020 Junior se aposentou e no 2° semestre de 2021 foi aberto o processo administrativo. Assinale a alternativa correta a respeito da aplicação ou não de penalidade a Junior.

a) Não poderá ser punido, por já estar aposentado.

b) Não poderá ser punido, por já ter transcorrido 2 anos da ocorrência do fato.

c) Como já está aposentado, Junior poderá ser punido na esfera penal, mas não mais na administrativa.

d) Junior, se em atividade, seria punido com a pena de demissão a bem do serviço público, a qual deverá ser convertida em multa, em razão da sua aposentadoria.

e) Como a conduta é punível com demissão a bem do serviço público, Junior estará sujeito à e pena de cassação de aposentadoria.

13) A Sra. Julia é investigadora da Polícia Civil do Estado de São Paulo, e foi instaurado processo administrativo a respeito de conduta sua punível com demissão. Caso haja conveniência para o serviço, o chefe poderá ordenar as seguintes providências em relação a Julia, exceto:

a) Afastamento por até 180 dias, com suspensão dos vencimentos durante esse período.

b) Designação para o exercício de atividades exclusivamente burocráticas até decisão final do procedimento.

c) Recolhimento da carteira funcional, distintivo, armas e algemas.

d) Proibição do porte de armas.

e) Comparecimento obrigatório para tomar ciência dos atos do procedimento.

14) Será instaurada sindicância quando a falta disciplinar, por sua natureza, possa determinar as penas de:

a) Repreensão e suspensão.

b) Repreensão, suspensão e multa.

c) Repreensão, suspensão, multa e demissão.



d) Multa, demissão, demissão a bem do serviço público e cassação de aposentadoria ou disponibilidade.

e) Demissão, demissão a bem do serviço público e cassação de aposentadoria ou disponibilidade.

15) Os procedimentos disciplinares punitivos devem ser realizados:

a) Por servidores de carreira do Poder Executivo e presididos pelo Governador do Estado.

b) Pela Controladoria Geral do Estado e presididos pelo Governador do Estado.

c) Pelo Tribunal de Contas do Estado e presididos por Conselheiro da Corte de Contas.

d) Pela Procuradoria Geral do Estado e presididos por Procurador do Estado confirmado na carreira.

e) Pelo Tribunal de Justiça do Estado e presididos por Juiz de entrância inicial.

16) Verificando irregularidades cometidas por Maria no exercício de suas atribuições, Ana realizou uma denúncia, a partir da qual foi aberto processo administrativo. Nesse caso:

a) Ana não poderá prestar declarações no processo, devendo todos os fatos alegados constarem de sua denúncia.

b) Ana deverá prestar declarações no processo posteriormente ao interrogatório de Maria, a qual têm direito a assistir à inquirição de Ana.

c) Ana deverá prestar declarações no processo anteriormente ao interrogatório de Maria, a qual têm direito a assistir à inquirição de Ana.

d) Ana deverá prestar declarações no processo posteriormente ao interrogatório de Maria, a qual não têm direito a assistir à inquirição de Ana.

e) Ana deverá prestar declarações no processo anteriormente ao interrogatório de Maria, a qual não têm direito a assistir à inquirição de Ana.

17) Assinale a alternativa incorreta a respeito da sindicância e do processo administrativo:

a) Na sindicância, a autoridade sindicante e cada acusado poderá arrolar até 3 testemunhas.

b) Caso o acusado não compareça ao interrogatório, será decretada a sua revelia, o que pressupõe sua culpa e enseja o encerramento do processo, com a aplicação das penas cabíveis.

c) O presidente do processo administrativo nomeará advogado dativo caso o acusado não tenha recursos financeiros ou negue-se a constituir advogado.

d) No processo administrativo, o presidente e cada acusado poderão arrolar até 5 testemunhas.

e) Quando durante o processo surgirem fatos novos imputáveis ao acusado, tanto pode ser promovida a instauração de novo procedimento como aditada a portaria do procedimento em andamento.

18) Acerca dos recursos e da revisão do processo administrativo, assinale a alternativa correta:

a) O prazo para recorrer é de até 90 dias, contados da publicação da decisão impugnada.

b) O recurso deve ser apresentado à autoridade superior à que aplicou a pena.

c) Os recursos contra as decisões em processos administrativos têm efeito suspensivo.

d) Caso surjam fatos ou circunstâncias ainda não apreciados, que possam justificar a redução ou anulação da pena aplicada, é admitida a interposição da revisão de punição disciplinar.

e) Da análise do pedido de revisão da punição disciplinar, poderá resultar tanto a atenuação, anulação, da pena como o seu agravamento.

Gabarito

1. D
2. C
3. E
4. A
5. C
6. E
7. D
8. A
9. C
10. D
11. A
12. E
13. A
14. B
15. D
16. E
17. B
18. D

CORREÇÃO SIMULADO

1) São deveres dos funcionários públicos do Estado de São Paulo, exceto:

a) Ser assíduo e pontual.

b) Cumprir as ordens superiores.

c) Desempenhar com zelo e presteza os trabalhos de que for incumbido.

d) Dar ampla publicidade sobre os assuntos da repartição, especialmente sobre despachos, decisões ou providências.

e) Tratar com urbanidade as pessoas.

Comentários:

Questão que é possível responder por eliminação, mesmo que não tenha estudado o Estatuto. Vejamos o que ele diz:

Artigo 241 - São deveres do funcionário:

I - ser assíduo e pontual;

II - cumprir as ordens superiores, representando quando forem manifestamente ilegais;

III - desempenhar com zelo e presteza os trabalhos de que for incumbido;

*IV - **guardar sigilo sobre os assuntos da repartição e, especialmente, sobre despachos, decisões ou providências**;*

VI - tratar com urbanidade as pessoas;

A alternativa incorreta, portanto, é a letra D, pois é dever do funcionário guardar sigilo sobre os assuntos da repartição.

Gabarito: D

---

2) Não se trata de um dever dos funcionários públicos do Estado de São Paulo:

a) Representar aos superiores sobre todas as irregularidades de que tiver conhecimento no exercício de suas funções.

b) Residir no local onde exerce o cargo ou onde autorizado.

c) Fazer parte do sindicato de funcionários.

d) Estar em dia com as leis que digam respeito às suas funções.

e) Proceder na vida pública e privada de forma que dignifique a função pública.

Comentários:

Mesmo estilo da questão anterior, mas agora tratando dos outros incisos do artigo 241. O gabarito da questão é a letra C, tendo em vista que funcionário nenhum tem obrigação de participar de sindicato. A Lei nº 10.261/68, inclusive, proíbe a filiação sindical, contudo, a Constituição Federal permite. Na prática, segue-se a Constituição Federal.

Reforçando a literalidade dos deveres trazidos nas alternativas:

> *Artigo 241 - São deveres do funcionário:*
>
> *V - representar aos superiores sobre todas as irregularidades de que tiver conhecimento no exercício de suas funções;*
>
> *VII - residir no local onde exerce o cargo ou, onde autorizado;*
>
> *XIII - estar em dia com as leis, regulamentos, regimentos, instruções e ordens de serviço que digam respeito às suas funções; e*
>
> *XIV - proceder na vida pública e privada na forma que dignifique a função pública.*

Gabarito: C

---

3) **O funcionário público do Estado de São Paulo tem como dever, atender prontamente, com preferência sobre qualquer outro serviço:**

a) Aos pedidos de informações apresentados por cidadãos.

b) Aos pedidos de informações feitos por idosos, gestantes e portadores de necessidades especiais.

c) Às requisições de papéis, documentos informações ou providências que lhe forem feitas relacionadas a processos administrativos disciplinares.

d) Às requisições de documentos da Secretaria de Estado da Fazenda.

e) Às requisições de papéis, documentos informações ou providências que lhe forem feitas pelas autoridades judiciárias ou administrativas, para defesa do Estado, em Juízo.

Comentários:

O Estatuto confere prioridades às requisições que se relacionem à defesa do Estado, em Juízo.

> *Artigo 241 - São deveres do funcionário:*
>
> ***XI** - atender prontamente, com preferência sobre qualquer outro serviço, às **requisições de papéis, documentos, informações ou providências que lhe forem feitas pelas autoridades judiciárias ou administrativas, para defesa do Estado, em Juízo**;*

Gabarito: E



4) A funcionário público do Estado de São Paulo é permitido:

a) Retirar objeto existente na repartição, com permissão da autoridade competente.

b) Deixar de comparecer ao serviço sem causa justificada.

c) Tratar de interesses particulares na repartição.

d) Tornar-se solidário com manifestação de desapreço dentro da repartição.

e) Promover lista de donativos dentro da repartição.

Comentários:

A questão trata das proibições do art. 242 do Estatuto.

> ***Artigo 242 -*** *Ao funcionário é proibido:*
>
> ***II -*** *retirar,* ***sem prévia permissão da autoridade competente****, qualquer documento ou objeto existente na repartição;*
>
> ***III -*** *entreter-se, durante as horas de trabalho, em palestras, leituras ou outras atividades estranhas ao serviço;*
>
> ***IV - deixar de comparecer ao serviço sem causa justificada****;*
>
> ***V - tratar de interesses particulares na repartição****;*
>
> ***VI -*** *promover manifestações de apreço ou desapreço dentro da repartição, ou* ***tornar-se solidário com elas****;*
>
> ***VII -*** *exercer comércio entre os companheiros de serviço, promover ou* ***subscrever listas de donativos dentro da repartição****; e*
>
> ***VIII -*** *empregar material do serviço público em serviço particular.*

O gabarito, portanto, é a letra A, tendo em vista que, se houver permissão da autoridade competente, é permitido retirar objetos da repartição.

Gabarito: A

---

5) O funcionário público do Estado de São Paulo pode servir-se de intermediário em repartição pública somente quando se tratar de interesse de:

a) Cônjuge ou filhos.

b) Cônjuge, filhos e pais.

c) Cônjuge ou parentes até o segundo grau.

d) Cônjuge ou parentes até o terceiro grau.

e) Qualquer cidadão.

Comentários:

A questão trata da exceção à vedação à regra de atuar como procurador ou intermediário perante qualquer repartição pública.

> ***Artigo 243 -*** *É proibido ainda, ao funcionário:*
>
> ***IX -*** *constituir-se procurador de partes ou servir de intermediário perante qualquer repartição pública,* ***exceto quando se tratar de interesse de cônjuge ou parente até segundo grau****;*

Gabarito: C

---

6) José é servidor público estadual, ocupante do cargo efetivo administrativo na Secretaria do Estado da Saúde na região de Ribeirão Preto. José é sócio de seu irmão em uma revendedora de materiais hospitalares, na qual trabalha paralelamente, mas sem prejuízo do cumprimento de sua jornada de trabalho e de suas atividades no cargo público.

A empresa deles decide participar de pregão eletrônico promovido pela Secretaria do Estado da Saúde, que pretende adquirir materiais hospitalares para unidades de saúde da região de São José dos Campos. Considerando as disposições do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo:

a) Não há óbice à participação societária de José na empresa, desde que ele não atue nos processos licitatórios em que a empresa participar.

b) Não há óbice à participação societária de José na empresa, desde que ela não participe de certames na região em que José trabalha.

c) Não há qualquer impedimento para que José seja sócio da empresa, independente de ela ter ou não relações comerciais com o Estado.

d) É vedada a participação de José na empresa, pois o estatuto veda a participação de funcionários em qualquer tipo de sociedade comercial.

e) É vedada a participação de José na empresa, pois o estatuto veda a participação na administração de sociedades comerciais que mantenham relações comerciais com o Governo do Estado.

<u>Comentários:</u>

Vejamos o que diz o Estatuto:

> ***Artigo 243 -*** *É* ***proibido*** *ainda, ao funcionário:*
>
> ***II -*** *participar da gerência ou administração de empresas bancárias ou industriais, ou de sociedades comerciais,* ***que mantenham relações comerciais ou administrativas com o Governo do Estado****, sejam por este subvencionadas ou estejam diretamente relacionadas com a finalidade da repartição ou serviço em que esteja lotado;*



A alternativa correta, portanto, é a letra E, pois é vedada a participação de José na empresa, tendo em vista suas relações comerciais com o Estado.

Gabarito: E

---

7) Assinale a alternativa incorreta a respeito das responsabilidades dos servidores do Estado de São Paulo:

a) O funcionário é responsável por todos os prejuízos que, nessa qualidade, causar à Fazenda Estadual, independentemente de dolo ou culpa.

b) Qualquer erro de cálculo contra a Fazenda Estadual caracteriza responsabilidade, sujeitando o funcionário à pena de repreensão, caso não haja má-fé e não seja reincidente.

c) O funcionário que adquirir materiais em desacordo com disposições legais ou regulamentares será responsabilizado pelo respectivo custo, o qual poderá ser descontado no seu vencimento ou remuneração.

d) Nos casos de indenização à Fazenda Estadual, o funcionário será obrigado a repor, em até dez vezes, a importância do prejuízo causado em virtude de alcance, desfalque, remissão ou omissão em efetuar recolhimento ou entrada nos prazos legais.

e) A responsabilidade administrativa é independente da civil e da criminal.

Comentários:

A – Certa.

> *Artigo 245 - O funcionário é responsável por todos os prejuízos que, nessa qualidade, causar à Fazenda Estadual, por **dolo ou culpa**, devidamente apurados.*

B – Certa.

> *Artigo 245 - Parágrafo único - Caracteriza-se especialmente a responsabilidade:*
>
> *IV - por qualquer erro de cálculo ou redução contra a Fazenda Estadual.*
>
> *Art. 248. Parágrafo único - No caso do item IV do parágrafo único do art. 245, não tendo havido má-fé, será aplicada a pena de repreensão e, na reincidência, a de suspensão.*

C – Certa.

> *Artigo 246 - O funcionário que adquirir materiais em desacordo com disposições legais e regulamentares, será responsabilizado pelo respectivo custo, sem prejuízo das penalidades disciplinares cabíveis, podendo-se proceder ao desconto no seu vencimento ou remuneração.*

D – Errada.

> *Artigo 247 - Nos casos de indenização à Fazenda Estadual, o funcionário será obrigado a repor, **de uma só vez**, a importância do prejuízo causado em virtude de alcance, desfalque, remissão ou omissão em efetuar recolhimento ou entrada nos prazos legais.*

E – Certa.

> *Art. 250. § 1° - A **responsabilidade administrativa é independente da civil e da criminal**.*

Gabarito: D

---

8) Determinado servidor público do Estado de São Paulo foi acusado de corrupção, tendo sido demitido do seu cargo a bem do serviço público. Na ação penal, o servidor foi absolvido da pena pelo crime de corrupção. A respeito dessa situação, assinale a alternativa correta:

a) Se a absolvição na esfera penal ocorrer pela constatação da negativa da existência do fato ou da autoria, o servidor será reintegrado ao serviço público, com todos os direitos e vantagens devidas, mediante a simples comprovação do trânsito em julgado da decisão.

b) Se a absolvição na esfera penal ocorrer pela constatação da negativa da existência do fato ou da autoria, o servidor poderá ser reintegrado ao serviço público, com todos os direitos e vantagens devidas, sendo necessária a reabertura do processo administrativo, em razão da independência entre as esferas penal e administrativa.

c) Independente de a absolvição na esfera penal ocorrer pela constatação da negativa da existência do fato ou da autoria ou por falta de provas, o servidor será reintegrado ao serviço público, com todos os direitos e vantagens devidas, mediante a simples comprovação do trânsito em julgado da decisão.

d) Independente de a absolvição na esfera penal ocorrer pela constatação da negativa da existência do fato ou da autoria ou por falta de provas, o servidor será reintegrado ao serviço público, com todos os direitos e vantagens devidas, sendo necessária a reabertura do processo administrativo, em razão da independência entre as esferas penal e administrativa.

e) A decisão na esfera penal não impactará a decisão na esfera administrativa, em razão da independência entre as esferas, de forma que a absolvição na esfera penal não poderá ensejar a reintegração ao cargo público.

<u>Comentários:</u>

Vejamos o que diz o Estatuto:

> ***Art. 250. § 2° -** Será **reintegrado** ao serviço público, no cargo que ocupava e com todos os direitos e vantagens devidas, o **servidor absolvido pela Justiça, mediante simples comprovação do trânsito em julgado de decisão que negue a existência de sua autoria ou do fato que deu origem à sua demissão**.*



Reforçando:

- **Absolvição na esfera judicial por falta de provas** -> não influencia na decisão administrativa, podendo a Administração punir o servidor pelo fato.
- **Absolvição na esfera judicial que negue a existência da autoria ou do fato** -> resulta na absolvição na esfera administrativa.

Portanto, a alternativa correta é a letra A

Gabarito: A

---

9) Acerca das penas disciplinares aplicadas aos servidores públicos do Estado de São Paulo, assinale a alternativa correta:

a) A pena de suspensão é aplicável aos causos de falta grave ou de reincidência, não podendo exceder o prazo de 30 dias.

b) A pena de suspensão pode ser convertida em multa, na base de 100% por dia de vencimento ou remuneração, sendo o funcionário, nesse caso, obrigado a permanecer em serviço.

c) Considera-se inassiduidade a ausência ao serviço, sem causa justificável, por mais de 15 dias consecutivos, ou por mais de 20 dias intercalados, durante 1 ano, sendo a essa conduta aplicável a demissão.

d) Atos definidos como crime contra a administração pública não ensejam penalidades administrativas, devendo ser analisados exclusivamente na esfera penal.

e) A aposentadoria somente poderá ser cassada se o aposentado tiver cometido infração punível com demissão a bem do serviço público quando em atividade.

Comentários:

A – Errada, pois a suspensão pode ser de até 90 dias.

> ***Artigo 254 -*** *A pena de* ***suspensão****, que* ***não excederá de 90 (noventa) dias****, será aplicada em caso de* ***falta grave ou de reincidência****.*

B – Errada, pois a multa é de 50% por dia de vencimento ou remuneração.

> ***Art. 254 - § 2° -*** *A autoridade que aplicar a pena de* ***suspensão poderá converter essa penalidade em multa****, na base de 50% (cinqüenta por cento) por dia de vencimento ou remuneração, sendo o funcionário, nesse caso, obrigado a permanecer em serviço.*

C – Certa.

> ***Artigo 256 -*** *Será aplicada a pena de* ***demissão*** *nos casos de:*
>
> ***V -*** *inassiduidade.*



> ***§ 1° -** Considerar-se-á inassiduidade a ausência ao serviço, sem causa justificável, por mais de 15 (quinze) dias consecutivos, ou por mais de 20 (vinte) dias úteis intercalados, durante 1 (um) ano.*

D – Errada. As penalidades administrativas podem ser aplicadas independentemente da esfera penal, e os crimes contra a administração pública ensejam a demissão a bem do serviço público.

> ***Artigo 257 -** Será aplicada a pena de **demissão a bem do serviço público** ao funcionário que:*
>
> ***II -** praticar ato definido como **crime contra a administração pública**, a fé pública e a Fazenda Estadual, ou previsto nas leis relativas à segurança e à defesa nacional;*

E – Errada. A demissão a bem do serviço público é uma das possibilidades, mas não a única.

> ***Artigo 259 -** Será aplicada a pena de **cassação de aposentadoria ou disponibilidade**, se ficar provado que o inativo:*
>
> ***I -** praticou, quando em atividade, falta grave para a qual é cominada nesta lei a pena de demissão ou de demissão a bem do serviço público;*
>
> ***II -** aceitou ilegalmente cargo ou função pública;*
>
> ***III -** aceitou representação de Estado estrangeiro sem prévia autorização do Presidente da República; e*
>
> ***IV -** praticou a usura em qualquer de suas formas.*

Gabarito: C

---

10) Em caso de ineficiência no serviço, aplica-se a pena de:

a) Repreensão

b) Suspensão

c) Multa

d) Demissão

e) Demissão a bem do serviço público.

Comentários:

A penalidade a ser aplicada no caso de ineficiência é a demissão.

> ***Artigo 256 -** Será aplicada a pena de **demissão** nos casos de:*
>
> ***III -** ineficiência no serviço;*

Gabarito: D

---

11) Assinale a alternativa que contém uma conduta que enseja a aplicação da pena de demissão a bem do serviço público.



a) Exercer advocacia administrativa.

b) Procedimento irregular, de natureza grave.

c) Ineficiência no serviço.

d) Aplicação indevida de dinheiros públicos.

e) Inassiduidade.

Comentários:

A alternativa A traz uma conduta punível com demissão a bem do serviço público.

> ***Artigo 257*** - *Será aplicada a pena de* ***demissão a bem do serviço público*** *ao funcionário que:*
>
> ***IX*** - *exercer advocacia administrativa;*

Relembrando o conceito de advocacia administrativa trazido pelo Código Penal:

> ***Advocacia administrativa***
>
> *Art. 321 - Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário:*
>
> *Pena - detenção, de um a três meses, ou multa.*
>
> *Parágrafo único - Se o interesse é ilegítimo:*
>
> *Pena - detenção, de três meses a um ano, além da multa.*

As demais trazem condutas puníveis com demissão.

> ***Artigo 256*** - *Será aplicada a pena de* ***demissão*** *nos casos de:*
>
> ***II*** - *procedimento irregular, de natureza grave;*
>
> ***III*** - *ineficiência no serviço;*
>
> ***IV*** - *aplicação indevida de dinheiros públicos, e*
>
> ***V*** - *inassiduidade.*

Gabarito: A

---

12) Após apuração preliminar, constatou-se que, no início de 2019, Junior solicitou propina a uma construtora para validar a sua participação em uma licitação, alegando a ausência de documentos para sua habilitação. No final do ano de 2020 Junior se aposentou e no 2° semestre de 2021 foi aberto o processo administrativo. Assinale a alternativa correta a respeito da aplicação ou não de penalidade a Junior.

a) Não poderá ser punido, por já estar aposentado.

b) Não poderá ser punido, por já ter transcorrido 2 anos da ocorrência do fato.

c) Como já está aposentado, Junior poderá ser punido na esfera penal, mas não mais na administrativa.

d) Junior, se em atividade, seria punido com a pena de demissão a bem do serviço público, a qual deverá ser convertida em multa, em razão da sua aposentadoria.

e) Como a conduta é punível com demissão a bem do serviço público, Junior estará sujeito à e pena de cassação de aposentadoria.

Comentários:

Vamos por partes. Primeiramente, vejamos a pena aplicável à conduta.

> ***Artigo 257 -*** *Será aplicada a pena de* ***demissão a bem do serviço público*** *ao funcionário que:*
>
> ***VII - receber ou solicitar propinas****, comissões, presentes ou vantagens de qualquer espécie, diretamente ou por intermédio de outrem, ainda que fora de suas funções mas em razão delas;*

Como já está aposentado, aplica-se a pena de cassação de aposentadoria.

> ***Artigo 259 -*** *Será aplicada a pena de* ***cassação de aposentadoria ou disponibilidade****, se ficar provado que o inativo:*
>
> ***I -*** *praticou, quando em atividade, falta grave para a qual é cominada nesta lei a pena de* ***demissão ou de demissão a bem do serviço público****;*

A conduta foi cometida em 2019 e processo administrativo aberto ao final de 2021. Portanto, ainda não estava prescrito.

> ***Artigo 261 -*** *Extingue-se a punibilidade pela prescrição:*
>
> ***I -*** *da falta sujeita à pena de repreensão, suspensão ou multa, em 2 (dois) anos;*
>
> ***II -*** *da falta sujeita à pena de* ***demissão****, de* ***demissão a bem do serviço público*** *e de* ***cassação da aposentadoria ou disponibilidade****, em* ***5 (cinco) anos****;*

Dessa forma, Junior estará sujeito à pena de cassação de aposentadoria, sendo a letra E o gabarito da questão.

Gabarito: E

---

13) A Sra. Julia é investigadora da Polícia Civil do Estado de São Paulo, e foi instaurado processo administrativo a respeito de conduta sua punível com demissão. Caso haja conveniência para o serviço, o chefe poderá ordenar as seguintes providências em relação a Julia, exceto:

a) Afastamento por até 180 dias, com suspensão dos vencimentos durante esse período.



b) Designação para o exercício de atividades exclusivamente burocráticas até decisão final do procedimento.

c) Recolhimento da carteira funcional, distintivo, armas e algemas.

d) Proibição do porte de armas.

e) Comparecimento obrigatório para tomar ciência dos atos do procedimento.

Comentários:

Pode até ser determinado o afastamento de Julia como medida cautelar, contudo, ocorrerá sem prejuízo dos vencimentos e vantagens, de forma que a alternativa correta é a letra A.

> ***Artigo 266 - Determinada a instauração de sindicância ou processo administrativo****, ou no seu curso, havendo conveniência para a instrução ou para o serviço, poderá o Chefe de Gabinete, por despacho fundamentado, ordenar as seguintes* ***providências****:*
>
> ***I - afastamento preventivo*** *do servidor, quando o recomendar a moralidade administrativa ou a apuração do fato,* ***sem prejuízo de vencimentos ou vantagens****, até 180 (cento e oitenta) dias, prorrogáveis uma única vez por igual período;*
>
> ***II -*** *designação do servidor acusado para o* ***exercício de atividades exclusivamente burocráticas*** *até decisão final do procedimento;*
>
> ***III - recolhimento*** *de carteira funcional, distintivo, armas e algemas;*
>
> ***IV - proibição do porte de armas****;*
>
> ***V - comparecimento obrigatório****, em periodicidade a ser estabelecida, para tomar* ***ciência dos atos*** *do procedimento.*

Gabarito: A

---

14) Será instaurada sindicância quando a falta disciplinar, por sua natureza, possa determinar as penas de:

a) Repreensão e suspensão.

b) Repreensão, suspensão e multa.

c) Repreensão, suspensão, multa e demissão.

d) Multa, demissão, demissão a bem do serviço público e cassação de aposentadoria ou disponibilidade.

e) Demissão, demissão a bem do serviço público e cassação de aposentadoria ou disponibilidade.

Comentários:

Relembrando:

> ***Artigo 269 -*** *Será instaurada* ***sindicância*** *quando a falta disciplinar, por sua natureza, possa determinar as penas de* ***repreensão****,* ***suspensão*** *ou* ***multa****.*
>
> ***Artigo 270 -*** *Será obrigatório o* ***processo administrativo*** *quando a falta disciplinar, por sua natureza, possa determinar as penas de* ***demissão, de demissão a bem do serviço público e de cassação de aposentadoria ou disponibilidade****.*

Portanto, a alternativa correta é a letra B. A letra E, por sua vez, traz as penas que, por sua natureza, necessitam da abertura de processo administrativo.

Gabarito: B

---

15) Os procedimentos disciplinares punitivos devem ser realizados:

a) Por servidores de carreira do Poder Executivo e presididos pelo Governador do Estado.

b) Pela Controladoria Geral do Estado e presididos pelo Governador do Estado.

c) Pelo Tribunal de Contas do Estado e presididos por Conselheiro da Corte de Contas.

d) Pela Procuradoria Geral do Estado e presididos por Procurador do Estado confirmado na carreira.

e) Pelo Tribunal de Justiça do Estado e presididos por Juiz de entrância inicial.

Comentários:

Conforme determina o Estatuto dos Servidores:

> ***Artigo 271 -*** *Os procedimentos disciplinares punitivos serão realizados pela* ***Procuradoria Geral do Estado*** *e* ***presididos por Procurador do Estado*** *confirmado na carreira.*

Gabarito: D

---

16) Verificando irregularidades cometidas por Maria no exercício de suas atribuições, Ana realizou uma denúncia, a partir da qual foi aberto processo administrativo. Nesse caso:

a) Ana não poderá prestar declarações no processo, devendo todos os fatos alegados constarem de sua denúncia.

b) Ana deverá prestar declarações no processo posteriormente ao interrogatório de Maria, a qual têm direito a assistir à inquirição de Ana.

c) Ana deverá prestar declarações no processo anteriormente ao interrogatório de Maria, a qual têm direito a assistir à inquirição de Ana.

d) Ana deverá prestar declarações no processo posteriormente ao interrogatório de Maria, a qual não têm direito a assistir à inquirição de Ana.



e) Ana deverá prestar declarações no processo anteriormente ao interrogatório de Maria, a qual não têm direito a assistir à inquirição de Ana.

Comentários:

Vejamos o que diz o Estatuto:

> ***Artigo 279 -*** *Havendo denunciante, este deverá prestar declarações, no interregno* ***entre a data da citação e a fixada para o interrogatório do acusado****, sendo notificado para tal fim.*
>
> ***§ 1° -*** *A oitiva do denunciante deverá ser acompanhada pelo advogado do acusado, próprio ou dativo.*
>
> ***§ 2° -*** *O* ***acusado não assistirá à inquirição do denunciante****; antes porém de ser interrogado, poderá ter ciência das declarações que aquele houver prestado.*

Portanto, as declarações de Ana devem ser prestadas antes do interrogatório de Maria, a qual não poderá assistir à inquirição, ainda que possa ter ciência das declarações antes de ser interrogada, sendo a alternativa E o gabarito da questão.

Gabarito: E

---

17) Assinale a alternativa incorreta a respeito da sindicância e do processo administrativo:

a) Na sindicância, a autoridade sindicante e cada acusado poderá arrolar até 3 testemunhas.

b) Caso o acusado não compareça ao interrogatório, será decretada a sua revelia, o que pressupõe sua culpa e enseja o encerramento do processo, com a aplicação das penas cabíveis.

c) O presidente do processo administrativo nomeará advogado dativo caso o acusado não tenha recursos financeiros ou negue-se a constituir advogado.

d) No processo administrativo, o presidente e cada acusado poderão arrolar até 5 testemunhas.

e) Quando durante o processo surgirem fatos novos imputáveis ao acusado, tanto pode ser promovida a instauração de novo procedimento como aditada a portaria do procedimento em andamento.

Comentários:

A – Certa.

> ***Artigo 273 -*** *Aplicam-se à sindicância as regras previstas nesta lei complementar para o processo administrativo, com as seguintes modificações:*
>
> ***I -*** *a autoridade sindicante e cada acusado poderão arrolar até* ***3 (três) testemunhas****;*

B – Errada. Se for decretada a revelia, os demais atos e termos do processo continuam, sendo nomeado um advogado dativo ao acusado revel.

> ***Artigo 280 - Não comparecendo o acusado****, será, por despacho, decretada sua* ***revelia****, prosseguindo-se nos demais atos e termos do processo.*
>
> ***Artigo 281 -*** *Ao acusado revel será nomeado* ***advogado dativo****.*

C – Certa.

> ***§ 3° - Não tendo o acusado recursos financeiros ou negando-se a constituir advogado****, o* ***presidente nomeará advogado dativo****.*

D – Certa.

> ***Art. 283. § 1° -*** *O presidente e cada acusado poderão arrolar até* ***5 (cinco) testemunhas****.*

E – Certa.

> ***Artigo 291 -*** *Quando, no curso do procedimento, surgirem* ***fatos novos*** *imputáveis ao acusado, poderá ser promovida a instauração de* ***novo procedimento*** *para sua apuração,* ***ou****, caso conveniente,* ***aditada a portaria****, reabrindo-se oportunidade de defesa.*

Gabarito: B

---

18) Acerca dos recursos e da revisão do processo administrativo, assinale a alternativa correta:

a) O prazo para recorrer é de até 90 dias, contados da publicação da decisão impugnada.

b) O recurso deve ser apresentado à autoridade superior à que aplicou a pena.

c) Os recursos contra as decisões em processos administrativos têm efeito suspensivo.

d) Caso surjam fatos ou circunstâncias ainda não apreciados, que possam justificar a redução ou anulação da pena aplicada, é admitida a interposição da revisão de punição disciplinar.

e) Da análise do pedido de revisão da punição disciplinar, poderá resultar tanto a atenuação, anulação, da pena como o seu agravamento.

Comentários:

A – Errada. O prazo é de 30 dias.

> ***Art. 312. § 1° -*** *O prazo para recorrer é de* ***30 (trinta) dias****, contados da publicação da decisão impugnada no Diário Oficial do Estado ou da intimação pessoal do servidor, quando for o caso.*

B – Errada. Deve ser apresentado à autoridade que aplicou a pena.



> ***Art. 312. § 3° -*** *O recurso será* ***apresentado à autoridade*** *que aplicou a pena, que terá o prazo de 10 (dez) dias para, motivadamente, manter sua decisão ou reformá-la.*

C – Errada. Os recursos, no âmbito do Estatuto, não têm efeito suspensivo.

> ***Artigo 314 -*** *Os recursos de que trata esta lei complementar* ***não têm efeito suspensivo****; os que forem providos darão lugar às retificações necessárias, retroagindo seus efeitos à data do ato punitivo.*

D – Certa.

> ***Artigo 315 -*** *Admitir-se-á, a qualquer tempo, a revisão de punição disciplinar de que não caiba mais recurso, se* ***surgirem fatos ou circunstâncias ainda não apreciados****, ou* ***vícios insanáveis*** *de procedimento, que possam justificar redução ou anulação da pena aplicada.*

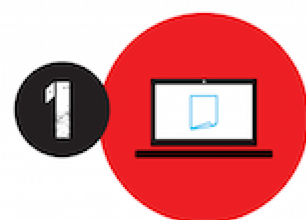
E – Errada. A pena não pode ser agravada pela revisão.

> ***Artigo 316 -*** *A pena imposta* ***não poderá ser agravada pela revisão****.*

Gabarito: D

ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE:
PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



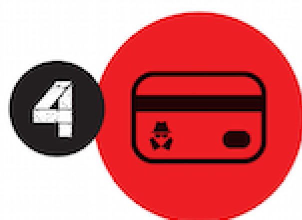
Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



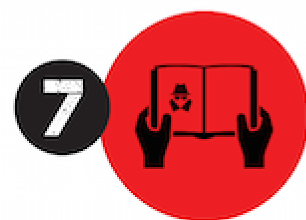
Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



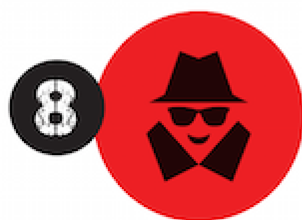
Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



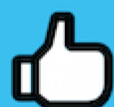
Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.